

Reflexões sobre um outro onze de setembro: O golpe no Chile quarenta anos depois

Reflections on another September 11: The coup in Chile forty years later

Carlos Federico Domínguez Avila*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 3 a 9]

Introdução

Há quarenta anos, em 11 de setembro de 1973, o governo constitucional do Chile, então dirigido pelo presidente Salvador Allende, foi derrubado por uma conspiração militar. A respeitável trajetória democrática do país foi substituída por um regime burocrático-autoritário particularmente repressivo e violento. O presidente Allende foi levado ao martírio, e nos meses seguintes mais de três mil chilenos foram assassinados pelas forças armadas e policiais. Segundo o último relatório das vítimas do regime militar chileno mais de quarenta mil pessoas foram objeto de abusos graves durante os dezessete anos de autoritarismo. Naquele onze de setembro assumiu uma Junta Militar integrada pelos comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineiros – isto é, da Polícia –, e comandada pelo general Augusto Pinochet Ugarte (Valenzuela, 1988).

A derrocada do governo da Unidade Popular, a desestruturação do regime democrático, o martírio de Allende, e a imposição do regime burocrático-autoritário provocaram importantes desdobramentos domésticos, principalmente no campo político, social, econômico e cultural (Valdivia e outros, 2006). A documentação consultada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE – sugere que a Chancelaria e a Embaixada brasileira em Santiago acompanhavam de perto os acontecimentos no referido país.

Vale acrescentar que a documentação consultada no AHMRE foi objeto da correspondente crítica metodológica, própria dos estudos de história das relações internacionais. No que diz respeito à crítica interna, constata-se que os documentos primários são originais. E na crítica externa, verifica-se que a documentação foi redigida por diplomatas e/ou servidores públicos brasileiros na época do regime militar comandado pelo general Emílio G. Médici. As apreciações do embaixador brasileiro em Santiago, Antônio Cândido da Câmara Canto, são essencialmente simpáticas ou convergentes ao regime militar chileno. A esse respeito, parece pertinente lembrar que Brasília participou ativamente na conspiração que levou à derrocada de Allende, e posteriormente deu sustentação política, militar e financeira ao novo regime implantado em Santiago (Moniz Bandeira, 2008). Essa perspectiva essencialmente favorável ao regime burocrático-autoritário chileno não é compartilhada pelo autor deste artigo (Domínguez Avila, 2012).

Como quer que seja, na manhã desse outro onze de setembro o embaixador Câmara Canto enviou a Brasília mensagem urgente informando o seguinte: “Todas as emissoras de Santiago estão transmitindo proclamação ao país, assinada pelos general Pinochet, almirante Merino e general Leigh, comandantes em chefe das forças armadas e pelo comandante de Carabineiros, que exigem a imediata entrega do poder pelo presidente da República àqueles chefes,

* Doutor em História das Relações Internacionais e Docente e pesquisador do Centro Universitário Unieuro (cdominguez_unieuro@yahoo.com.br)

que constituíram-se em Junta Militar de Governo.” Em contraste com outras experiências latino-americanas, em que os governantes afinal aceitavam entregar o poder às forças golpistas, Allende anunciou, no seu último discurso radiofônico, sua disposição de resistir, além de denunciar a traição e a mentira dos comandantes insurgentes. Nessa oportunidade, o presidente chileno manifestou categoricamente,

Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo. E lhes digo que tenho certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. [Eles] têm a força, poderão nós avassalar, mas não se detém os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos.

[...] Trabalhadores de minha Pátria, tenho fé no Chile e seu destino. Superarão outros homens este momento cinzento e amargo em que a traição pretende impor-se. Saibam que, antes do que se pensa, de novo se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor.

Viva Chile! Viva o povo! Vivam os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho a certeza de que meu sacrifício não será em vão. Tenho a certeza de que, pelo menos, será uma lição moral que castigará a perfídia, a covardia e a traição.

A documentação diplomática e a literatura especializada no assunto recolhem dados sobre o bombardeio de caças da Aeronáutica ao Palacio de La Moneda, sede do executivo chileno, sobre as desesperadas ações de resistência popular ao golpe, sobre a imposição de um rigoroso toque de recolher, da detenção de grande número de simpatizantes do governo da Unidade Popular, sobre o martírio do presidente Allende, e finalmente sobre o anúncio da constituição da Junta Militar de Governo, dirigida pelo comandante do Exército.

Sob a perspectiva dos militares chilenos, o “pronunciamento” se justificava diante da gravíssima situação econômica e social do país. Os conspiradores também mencionaram a existência de grupos armados de apoio ao governo da Unidade Popular, e a retórica anticomunista própria da época do conflito leste-oeste. E a duríssima repressão implementada contra os grandes partidos da Unidade Popular – especialmente o Partido Socialista e o Partido Comunista – eram mesmo para decapitar a esquerda chilena, evitar uma eventual guerra civil e impedir que a esquerda voltasse a participar do processo político. Nos dias seguintes vários atos institucionais – denominados de *Bandos* – determinaram o fechamento do Congresso, a imposição de um “recesso político” com a dissolução de todos os partidos, a suspensão da Constituição de 1925, a implantação de uma tecnoburocracia vinculada aos setores conservadores da sociedade, as mudanças na política econômica, a censura da imprensa – e a constituição do jornal *El Mercurio* em virtual porta-voz do governo –, e uma forte repressão em zonas urbanas e rurais – cujos símbolos mais evidentes foram a transformação do Estadio Nacional de Santiago em um grande campo de concentração, as execuções em Paine e Mulchén, e a denominada Caravana da Morte (Verdugo, 2001).

Sobre a formação de um regime burocrático-autoritário

Poucos dias depois do golpe, em 17 de setembro de 1973, o embaixador Câmara Canto enviou a Brasília uma apreciação geral da situação interna e dos cenários prospectivos do novo regime chileno. No documento em apreço o diplomata brasileiro ponderava que a Junta Militar disporia do apoio irrestrito do Partido Nacional – de orientação direitista – e discretamente também do Partido Democrata-Cristão – de centro-direita. Ele acrescentou que ambas organizações políticas, especialmente os democrata-cristãos, apostavam por uma rápida devolução do poder político aos civis; nessa linha, eles estavam bem-dispostos a colaborar com as políticas de reconstrução nacional. Segundo o diplomata,

Esquemáticamente, parece haver, neste momento, três alternativas abertas à atuação política da Junta Militar: (1) O Governo Militar com apoio das correntes da direita (Partido Nacional); (2) devolução, a curto ou médio prazo, do poder aos civis; e (3) o Governo Militar baseado no diálogo direto com organizações não partidárias, os chamados grêmios, especialmente de trabalhadores e profissionais, com marginalização dos atuais partidos políticos (uma aproximação do modelo peruano). A primeira alternativa enfrentaria, certamente, obstáculos como: (a) a reação da esquerda, cuja intensidade no momento não se pode prever podendo variar desde a intensificação da luta armada a atos isolados de terrorismo; (b) o nível de tensão social que poderia ocorrer e que concorreria para acentuar a reação das esquerdas e da DC; (c) a reação dos liberais em geral e da DC em particular que, marginalizados do poder, buscariam herdar a bandeira das reivindicações populistas. A segunda alternativa, que agradaria profundamente à DC, provocaria resistências de ambas as extremas e tem contra si um certo conteúdo anti-partidário que a Junta já está deixando transparecer (“Nosso país está farto da política”) e o medo de que, através da devolução do poder aos civis, a esquerda pudesse voltar a influir nos destinos políticos do país. Uma possível combinação dessas duas alternativas seria o estabelecimento de um governo forte baseado no entendimento das Forças Armadas com os homens do Partido Nacional e da ala direita da Democracia Cristã, com a marginalização da ala esquerda dessa agremiação e sua eventual transformação num novo inóquo “Mapu”. Neste caso, continuaria o país profundamente dividido entre esquerda e direita, mas o governo de direita apresentaria solidez maior. A terceira alternativa poderia ocorrer, teoricamente, no caso de uma decisão contrária aos partidos políticos por parte da Junta, vir a sobrepor-se a disposição de diálogo direto, em especial com os trabalhadores. Pré-requisitos para [essa] linha política seria a rápida debelação dos atuais focos da resistência ao Governo Militar, condição sine-qua-non para o diálogo, e a formação de uma nova liderança operária. [...] Evidentemente, ainda é cedo para que se tirem conclusões com alguma precisão sobre a evolução da situação política. A Junta Militar, em seus primeiros dias de governo, dispõem de um amplo horizonte de opções políticas[.] Ao longo das próximas semanas esse horizonte se estreitará principalmente em função de três variáveis: (a) o grau de propensão à direita dos integrantes da Junta; (b) a reação da DC aos acontecimentos; e, (c) o grau de resistência à pacificação do país que os elementos da UP poderão oferecer.

Ex post facto, e levando em consideração as elucubrações de Câmara Canto, é evidente que em Chile, a partir de setembro de 1973, passou a imperar um regime burocrático-autoritário. Esse tipo ideal de governo se aproximava aos moldes da primeira alternativa mencionada no parágrafo anterior (Kornbluh, 2004).

Observe-se que o regime comandado pelo general Pinochet não implicava necessariamente um retorno ao passado oligárquico do Chile, e sim uma “revolução da direita” tanto em termos sociais e políticos quanto econômicos. Em termos sociais e políticos, os militares procuraram uma desmobilização e despolitização dos trabalhadores, combinada com a extinção de todos os meios legais de atuação dos partidos de esquerda, com a aproximação do modelo hobbesiano, e com a promoção dos chamados grupos *gremialistas* – isto é, um virtual neopopulismo de direita representado pelo seu ideólogo Jaime Guzmán. E no campo econômico, o regime burocrático-autoritário “inovou” com a precoce implementação de políticas de orientação neoliberal. Essas políticas econômicas impulsionadas pelos *Chileans boys* incluíam a liberalização de preços, a privatização de empresas, a reforma do Estado (tecnoburocracia direta e indiretamente ligada aos setores direitistas da sociedade), a devolução de indústrias e propriedades rurais ocupadas pelos operários e camponeses no governo da Unidade Popular, a extinção de mecanismos de subsídios aos trabalhadores, a abertura ao capital externo, o distanciamento da integração regional, e a imposição de nova legislação trabalhista, dentre outras iniciativas semelhantes (Valdivia e outros, 2006).

Considerações finais: Outros desdobramentos do regime burocrático-autoritário chileno

Nas semanas subseqüentes, Câmara Canto informou a Brasília sobre outras repercussões domésticas geradas pelo golpe de Estado. Nessa linha, três assuntos merecem particular interesse para os fins deste artigo: (a) a conjuntura econômica, (b) o destino dos prisioneiros políticos e dos asilados, e (c) a recomposição da oposição político-partidária e militar ao regime.

A complexa e difícil conjuntura da economia chilena em meados de 1973 há gerado numerosas e contraditórias interpretações. Para alguns autores o caos econômico era resultado da conspiração golpista e de seus aliados domésticos e externos. Outros questionavam algumas determinações macroeconômicas do governo da Unidade Popular. E alguns poucos destacaram a insuficiente cooperação econômica do bloco socialista. Seja como for, após o golpe militar a embaixada brasileira em Santiago enviou a Brasília freqüentes relatórios sobre a conjuntura econômica do país. Assim, em 16 de outubro de 1973, Câmara Canto informou sobre a liberalização de preços e uma dramática espiral inflacionária, segundo a fonte “O esquema adotado tem por objetivo revitalizar a atividade privada e capacita-la a efetuar as inversões necessárias ao desenvolvimento”; contudo, “A decisão da Junta [Militar] provocou uma expansão inédita e inimaginável do custo de vida no Chile nestes últimos trinta dias”; e concluindo o seguinte:

O ritmo de incremento dos preços internos a partir de onze de setembro supera, de longe, todos os recordes atingidos pelo Chile em matéria de inflação nestes últimos anos. Cabe assinalar: 1) essa alteração drástica da estrutura de preços incidirá forçosamente sobre os setores de mais baixas rendas, incapazes de obter compensações imediatas; 2) o governo postergou para janeiro [de 1974] o reajustamento global dos salários que deveria ter se verificado em 1 de outubro; 3) a fórmula de compensação [...] arbitrada pelas autoridades não recompõe a perda de poder aquisitivo experimentada pelos assalariados desde outubro do ano passado; 4) os critérios de eficiência e produtividade que se pretendem introduzir na área social em todas as empresas “ocupadas” pelo antigo regime envolve, necessariamente, a dispensa de mão-de-obra supérflua contratada pela UP e a imediata supressão de entrega de mercadorias aos trabalhadores; 5) a política econômica que começa a ser executada pela Junta deverá provocar, a curto prazo, forte compressão do consumo dos grupos sociais de baixas rendas.

Com efeito, a inflação – de quase 600% em 1973 – provocou graves perdas no poder aquisitivo das famílias, particularmente de baixa renda. O governo militar tentou organizar encontros com empresários, arrendatários e trabalhadores para reduzir os impactos sociais da espiral inflacionária, com poucos resultados positivos. Assim, em novembro de 1973, em reunião com os empresários, o governo teria formulado uma exortação e/ou advertência ao setor privado para “abster-se de cobrar preços excessivos”; o próprio general Pinochet teria ponderado que “O movimento de 11 de setembro [...] não se fez para beneficiar a ninguém em particular, mas para todos os chilenos. Por isso, quem se desvia destes conceitos estará faltando com a Pátria e será punido”, “Peço-lhes a todos ampla compreensão, ampla cooperação, porque está em jogo o destino da Pátria e seu fracasso seria algo que todos teríamos que lamentar”, concluiu. Simultaneamente observou-se no Chile uma rápida revalorização da moeda nacional, gerada pela disponibilização de dólares anteriormente acumulados pelos empresários e pela classe média durante o governo da Unidade Popular, com intuito de manter o poder aquisitivo. E o sistema de bem-estar social, construído ao longo de muitas décadas, começou a ser desarticulado, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas. Assim, com o passar dos meses, o Chile do regime burocrático-autoritário erigiu-se em laboratório neoliberal, com graves conseqüências domésticas – e de inserção internacional (Winn, 2010).

A intensa e persistente repressão política foi outra das características fundamentais do regime burocrático-autoritário chileno. Acredita-se que mais de três mil pessoas foram assassinadas pelas forças de segurança do Estado. Milhares foram para o exílio. Outros foram objeto de tortura e outros abusos aos direitos humanos. Nesse sentido,

o general Pinochet foi denunciado como um novo *hostis humani generis* (Kornbluh, 2004). Nesse contexto, Câmara Canto tomou nota, com certa parcimônia, da existência de prisioneiros políticos, de fuzilamentos, de asilados em embaixadas de terceiros países, e de sequestros. E quase um ano depois do golpe, o referido diplomata informou a Brasília o seguinte:

Almocei ontem em companhia de diversas autoridades militares chilenas, em ambiente de grande camaradagem, em que eu era o único estrangeiro presente. Na ocasião, discutindo o destino a ser dado aos prisioneiros políticos mais importantes, apurei a intenção de comutar as quatro condenações a morte decididas pelo Conselho de Guerra da FACH em penas longas de prisão em razão de que a aplicação da pena capital traria conseqüências nefastas à imagem do Chile no exterior. Verifiquei também a tendência, entre esses militares, de nem sequer levar a julgamento, por essa mesma razão, as personalidades mais importantes do governo anterior que se encontram na ilha Dawson, e que depois seriam, segundo esse raciocínio, simplesmente banidos do país. Pareceu-me significativo o fato de que essa idéia teve como principal articulador o general Sérgio Arellano, um dos mais fieis e importantes representantes da “linha dura” do anti-marxismo chileno. Foi proposto também nessa ocasião que almoços desse tipo se realizem mensalmente com a presença adicional do general Pinochet.

Cumpra acrescentar que os quatro condenados a morte eram oficiais e suboficiais constitucionalistas da força aérea que se pronunciaram contra o golpe de Estado. Inicialmente eles foram condenados a pena capital, e finalmente tiveram suas penas comutadas a trinta anos de prisão. Paralelamente a pena de banimento de lideranças – inclusive de militantes da Democracia Cristã – passou a ser oficialmente implementada pelas autoridades chilenas contra os opositores a partir de maio de 1975. O banimento implicava não só a expulsão de chilenos do próprio país como também o impedimento de ingressar ao seu Estado de origem desde o exterior – em flagrante violação dos direitos humanos –; e em alguns casos a própria nacionalidade chilena foi suspensa para antigos simpatizantes da Unidade Popular – tornando-se oficialmente apátridas.

Problemas semelhantes experimentaram mais de 6000 chilenos – e estrangeiros que moravam no país andino – que solicitaram asilo diplomático em numerosas representações diplomáticas sediadas em Santiago – principalmente de países latino-americanos e europeus. Não poucos estrangeiros residentes no Chile foram objeto de repressão, tortura, execução extra-judicial ou outros abusos aos direitos humanos. E certos opositores chilenos refugiados no exterior acabaram sendo objeto de atentados terroristas organizados pelas forças de segurança do regime burocrático-autoritário. Alguns autores sugerem que essas precoces iniciativas são antecedentes da Operação Condor, impulsionada pelos regimes militares do Cone Sul na década de 1970 (MsSerry, 2009).

Finalmente a documentação consultada também permite inferir sobre a recomposição da oposição política – e armada – ao regime burocrático-autoritário chileno. Em um contexto de “recesso político”, de fechamento do Congresso e de feroz repressão de quaisquer veleidade de contestação, é importante, para os fins deste artigo, constatar a gradual convergência de instituições políticas de centro (Democracia Cristã e Partido Radical) e de esquerda (Partido Socialista). Essas organizações políticas terminariam erigindo-se na coalizão opositora – isto é, a Concertação – que governou o país após o fim do regime autoritário (Muñoz, 2012).

Parece importante ponderar que a posição dos democrata-cristãos era particularmente complexa nesse contexto político e social. Lembre-se que, logo após o golpe de Estado, o presidente daquela entidade, Patricio Aylwin, expressou pública e privadamente apoio ao governo da Junta Militar. Aparentemente os dirigentes dessa entidade política acreditavam que, logo após um breve período de reconstrução nacional (de aproximadamente dois anos), os militares voltariam aos quartéis, devolveriam o poder político aos civis, e deixariam uma grande oportunidade a da Democracia Cristã. Contudo, as forças armadas chilenas optaram por uma concentração do poder político que excluía a colaboração com a Democracia Cristã nos moldes almejados por Aylwin e outros dirigentes.

O virtual rompimento do Partido Democrata Cristão com o regime burocrático-autoritário teria acontecido em outubro de 1974, quando o governo militar determinou proibir o ingresso ao país do fundador daquela organização e ex-vicepresidente do país Bernardo Leighton – então exilado em Roma. Diante do virtual banimento do referido dirigente, Aylwin publicou uma dura nota na imprensa, prontamente respondida pelo próprio general Pinochet. Para o embaixador brasileiro,

As declarações de Aylwin são, por conseguinte, um autêntico desafio ao general Pinochet e colocam o Governo praticamente na obrigação de adotar medidas de retaliação. Essa posição do presidente da DC significa provavelmente o rompimento definitivo de seu partido com o Governo militar e a renúncia a prosseguir nas tentativas anteriores de colaboração. Além de colocar o Governo diante da opção de fraquejar ou adotar medidas antipáticas que prejudicarão sua imagem internacional, a posição do presidente da DC, ao dar cobertura a Bernardo Leighton, tradicional representante da esquerda do PDC, o qual tem mantido contatos no exterior com Volodia Teitelboin, comunista, e Carlos Altamirano, socialista, indica a unificação da Democracia Cristã em termos de oposição franca ao Governo militar e abre grande expectativa à formação efetiva da anunciada “Frente Anti-fascista” composta pela PDC, setores do Partido Radical e as organizações marxistas.

Paralelamente aos contatos iniciais entre a democracia-cristã e a esquerda, também foi reorganizada a oposição armada ao regime militar. Essa oposição armada era liderada pelo denominado Movimento de Esquerda Revolucionária – isto é, o MIR – e, em menor medida, também por militantes do Partido Comunista. A luta da oposição armada contra o regime militar foi terrível e evidentemente desequilibrada. O MIR e o Partido Comunista foram objetivos prioritários do aparelho repressivo comandado por Manuel Contreras – e sua Direção de Inteligência Nacional. No meio do confronto e da violência política, numerosos inocentes foram perseguidos, torturados e mortos. Afinal, a primeira onda de oposição armada ao regime militar acabou sendo desarticulada em 1976. Mesmo assim, o terrorismo de Estado continuou sendo parte integrante do governo do general Pinochet. Aparentemente a repressão era necessária também para manter a hegemonia do próprio Pinochet nas disputas inter-burocráticas, para garantir a continuidade das políticas neoliberais, e para manter certa legitimidade nas suas – escassas – bases políticas e sociais (Cavallo e outros, 2008).

Assim, quarenta anos depois do martírio de Allende, da destruição da democracia chilena e da imposição de um regime burocrático-autoritário particularmente repressivo, é evidente que ainda existem muitas pesquisas por realizar sobre o assunto em questão, inclusive no Brasil. A gradual abertura de arquivos e acervos documentais anteriormente fechados permitirá conhecer melhor um período turbulento e dramático da história chilena, brasileira e latino-americana.

Referências

- CAVALLO, Ascanio e outros. (2008), *La historia oculta del régimen militar. Memoria de una época 1973-1988*. Santiago, Uqbar Editores.
- DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos. (2012), “A batalha pelo Chile revisitada: um estudo com fontes brasileiras”. *História Unisinos*, v. 16, n. 1, pp. 69-81.
- KORNBLUH, Peter. (2004), *Pinochet: los archivos secretos*. Barcelona, Crítica.
- McSERRY, J. Patrice. (2009), *Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago, Lom.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2008), *Fórmula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MUÑOZ, Heraldo. (2012), *A sombra do ditador. Memórias política do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro, Zahar.

- VALDIVIA, Verónica e outros (orgs). (2006), *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en Chile (1973-1981)*. Santiago, Lom Ediciones.
- VALENZUELA, Arturo. (1988), *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago, Flacso.
- VERDUGO, Patricia. (2001), *A caravana da morte*. Rio de Janeiro, Renavan.
- WINN, Peter. (2010), *A Revolução Chilena*. São Paulo, Editora UNESP.
- Câmara Canto ao Ministério das Relações Exteriores [doravante MRE], Telegrama 871 Urgentíssimo, Santiago, 12.9.1973, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores [doravante AHMRE].
- “Violência e golpe em Santiago”, *Veja*, n. 263, 19.9.1973, pp. 38-44.
- Salvador Allende, “Discurso”, Médio radiofônico, Santiago, 11.9.1973, disponível em: www.youtube.com, consultada em 12 de julho de 2013.
- Câmara Canto ao MRE, Telegrama 919 Confidencial, Santiago, 17.9.1973, AHMRE.
- Câmara Canto ao MRE, Telegrama 1074 Confidencial-urgente, Santiago, 16.10.1973, AHMRE.
- Câmara Canto ao MRE, Telegrama 629 Confidencial-urgente, Santiago, 15.10.1973, AHMRE.
- Santos Rocha ao MRE, Telegrama 1196 Confidencial, Santiago, 7.11.1973. AHMRE.
- A temática da repressão política no Chile está pouco presente na documentação diplomática consultada. Provavelmente essa constatação é resultado do embaraço que gerava o assunto ao embaixador brasileiro, e também pelo fato de que as questões de segurança no marco das relações chileno-brasileiras eram acompanhadas preferencialmente pelos Adidos militares do Brasil em Santiago.
- Câmara Canto ao MRE, Telegrama 439 Confidencial, Santiago, 5.8.1973, AHMRE. Vale acrescentar que o general Sérgio Arellano foi comandante da chamada Caravana da Morte (Verdugo, 2001).
- “CIME Reubicará Liberados”, *El Mercurio*, Santiago, 10.5.1975, p. 2.

Resumo

O presente artigo explora as repercussões do golpe de Estado no Chile, em 11 de setembro de 1973, especialmente no cenário doméstico. Para tanto, foi realizada pesquisa com documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE. Especificamente foram consultados documentos enviados ao Itamaraty desde Santiago nos dias posteriores ao surgimento do regime burocrático-autoritário comandado pelo general Augusto Pinochet Ugarte. Conclui-se que os desdobramentos do golpe foram dramáticos, duradouros e, em muitos casos, trágicos para a sociedade chilena e para outros países com vínculos e interesses naquele país andino.

Abstract

The paper explores the repercussions the coup of State in Chile in September 11th 1973, especially in domestic scenario. Research was held at the *Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores* – henceforth AHMRE. Specifically were consulted documents sent to Itamaraty from Santiago in the subsequent days to the emergence of a bureaucratic-authoritarian regime commanded by General Augusto Pinochet Ugarte. Concludes that the coup were dramatic, long lasting and, in many cases, tragic for Chilean society and for others countries with traditional links and interests that country.

Palavras-chave: Chile; Autoritarismo; América Latina

Key-words: Chile; Authoritarianism; Latin America

Recebido em 16/07/2013

Aprovado em 15/08/2013